

Exmo. Senhor Presidente da  
Comissão de Ambiente e Energia

Deputado Tiago Brandão Rodrigues

**ASSUNTO: Requerimento para audição do Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática**

Exmo. Sr. Presidente,

Realizou-se no passado mês de Novembro, entre os dias 6 e 18, em Sharm el-Sheikh, no Egipto, a Conferência das Partes – COP 27, promovida pela ONU e mais conhecida como cimeira do clima.

Desta conferência resultaram vários acordos, medidas e compromissos de restrições a adotar, tendo como mote o combate e mitigação das alterações climáticas, com as metas do Acordo de Paris a serem o grande foco dos acordos bilaterais e multilaterais estabelecidos.

Estes acordos levados a cabo pelas partes, ressaltaram, segundo as mesmas, a importância da rápida e profunda redução de emissões mundiais de gases com efeito de estufa, concretamente a redução em 43% até 2030, face aos níveis de 2019, por forma a limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Curiosamente, as Nações com a maior responsabilidade na contaminação do planeta, justamente por representarem cerca de metade da totalidade das emissões mundiais, como a China e Índia, mantêm-se à margem dos compromissos estabelecidos.

Ainda assim, e mesmo tendo em conta estes dados, a Comissão Europeia insistiu na urgência de se alcançar as metas do Acordo de Paris, tendo representado um papel fundamental para o estabelecimento de acordos que visam a criação de renovados mecanismos de financiamento equilibrados, segundo os seus representantes, e cujo

principal objetivo passa pelo apoio às comunidades vulneráveis e países em desenvolvimento, de forma a enfrentarem as perdas e danos causados pelas mudanças no clima.

Tendo em conta que, a própria União Europeia reivindica ser líder na “ação climática”, inclusive reduzindo as suas emissões desde os anos 90 como nenhum outro bloco geopolítico urge compreender de que forma os acordos saídos da conferência, nomeadamente levados a cabo pela equipa de negociações da Comissão Europeia, podem e vão impactar Portugal e a vida dos portugueses, nomeadamente em mais impostos “verdes” e medidas restritivas no seu dia a dia. Importa também se o Governo vai implementar novas medidas ambientais, se estas acompanham critérios científicos, e principalmente, como serão enquadradas face o contínuo empobrecimento do país e dos portugueses.

Ora, face ao exposto, e tendo em conta as conclusões e decisões resultantes da COP27 que podem influenciar diretamente a economia de Portugal e o dia a dia dos portugueses, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Chega vem requerer a audição do Sr. Ministro do Ambiente e Ação Climática.

Palácio de S. Bento, 16 de Dezembro de 2022.